

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.406.431 - ES (2018/0314385-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : **BANESTES SA BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**ADVOGADOS** : **BENTO MACHADO GUIMARÃES FILHO - ES004732**  
: **LUCIANA BEATRIZ PASSAMANI - ES008491**  
**AGRAVADO** : **TEREZINHA ZANON BARROSO**  
**ADVOGADO** : **ABINER SIMÕES DE OLIVEIRA - ES002138**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por BANESTES S.A. - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO contra a decisão que inadmitiu recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, desafia acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo assim ementado:

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. TEMPESTIVIDADE. CUMPRIMENTO JUDICIAL. JUROS DE MORA E CORREÇÃO. INCLUSÃO. POSSIBILIDADE. PEDIDO IMPLÍCITO. TAXA SELIC. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.*

*1. É tempestivo o Agravo de Instrumento interposto dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis. Art. 1.003, §5º, do CPC/15.*

*2. Os juros de mora e a correção monetária constituem pedido implícito, sendo acessórios à obrigação principal objeto da cobrança judicial, de maneira que não há que se falar em preclusão ou ofensa à coisa julgada se incluídos na via satisfativa da decisão judicial. Precedentes do STJ.*

*3. A questão relativa ao cômputo dos juros e correção pela taxa SELIC não foi objeto de apreciação pelo MM. Magistrado de origem, na medida em que sequer foi suscitada pela Agravante perante o primeiro grau, de maneira que eventual manifestação por esta e. Corte implicaria indevida supressão de instância e violação ao duplo grau de jurisdição. Precedentes do TJES" (e-STJ fl. 127).*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 147/152).

No especial, além de divergência jurisprudencial, o recorrente alega violação do artigo 502 do Código de Processo Civil de 2015.

Afirma que a incidência de juros de mora importa em violação da coisa julgada, porquanto não está prevista no título executivo judicial.

Alternativamente, pugna pela aplicação da taxa SELIC para correção da dívida.

Após a apresentação das contrarrazões (e-STJ fls. 168/169), o recurso foi inadmitido na origem, sobrevivendo daí o presente agravo.

É o relatório.

**DECIDO.**

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil/2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

Trata-se, na origem, de agravo de instrumento interposto por Banestes S.A. contra a decisão que rejeitou parte da pretensão exposta na impugnação ao cumprimento de sentença por ele oposta no tocante à inclusão de juros de mora no cálculo do débito.

Aduziu que referida inclusão importa em excesso de execução e violação da coisa julgada.

Sem razão.

De fato, os juros de mora se trata de encargo devido em toda a obrigação de pagamento não satisfeita.

A propósito:

*"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AOS ARTS. 467 E 473 DO CPC/1973. PRECLUSÃO. REQUISITO DO PREQUESTIONAMENTO ATENDIDO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS SEM EFEITOS INFRINGENTES.*

*1. A jurisprudência desta Corte Superior prevalece no sentido de que a inclusão dos juros de mora e da correção monetária no valor da liquidação independe de pedido expresso e de determinação contida na sentença, porquanto incluídos implicitamente no título executivo judicial tais encargos, não havendo que se falar em ofensa à coisa julgada.*

*2. Embargos de declaração acolhidos sem efeitos infringentes" (EDcl no AgRg no AREsp 850.537/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 08/09/2017).*

*"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. REFORMATIO IN PEJUS. INEXISTÊNCIA. PRECEDENTES.*

*1. Esta Corte Superior fixou entendimento no sentido de que os juros de mora e a correção monetária integram os chamados pedidos implícitos, de modo que a alteração ou modificação de seu termo inicial não configura julgamento extra petita ou reformatio in pejus.*

*2. Agravo interno a que se nega provimento" (AgInt no REsp 1.566.464/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/08/2017, DJe 23/08/2017).*

*"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TÍTULO EXECUTIVO. LIQUIDEZ. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. PEDIDO IMPLÍCITO. EXCESSO DE EXECUÇÃO. INEXISTÊNCIA. ACÓRDÃO ESTADUAL. FUNDAMENTOS INATACADOS. INCIDÊNCIA DA*

SÚMULA 284/STF.

(...)

*II - Os juros de mora e a correção monetária consideram-se implícitos no pedido, a teor do que dispõe o art. 293 do CPC, não havendo que se falar em excesso de execução (precedente: REsp 601.267/RS, 5ª Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJU de 12/03/2007).*

(...)

*Agravo regimental desprovido" (AgRg no REsp 970.912/PE, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 17/03/2009, DJe 13/04/2009).*

Incide ao ponto, portanto, a Súmula nº 568/STJ.

Por fim, quanto ao pedido de incidência da taxa Selic para correção da dívida, observa-se, de início, que a deficiência na fundamentação recursal restou evidenciada, pois o recorrente não indicou especificamente quais os artigos de lei federal teriam sido contrariados pelo aresto recorrido, embora tenha se insurgido quanto à motivação da decisão, inviabilizando a compreensão da controvérsia posta nos autos.

Consequentemente, incide a Súmula nº 284/STF: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia"*.

Mesmo que referido óbice seja superável, ainda assim não assistiria razão ao recorrente.

Isso porque o aresto recorrido consignou que o exame de tal questão importaria em supressão de instância, haja vista que a aplicação de tal índice não foi requerido perante o magistrado primevo, instância em que tal pedido poderá ser articulado.

Eis a letra do acórdão na parte que interessa:

*"(..)*

*Por fim, ressalto que a questão relativa ao cômputo dos juros e correção pela taxa SELIC não foi objeto de apreciação pelo MM. Magistrado de origem, na medida em que sequer foi suscitada pela Agravante perante o primeiro grau, de maneira que eventual manifestação por esta e. Corte implicaria indevida supressão de instância e violação ao duplo grau de jurisdição.*

*(...)*

*Repito: a instituição financeira Recorrente não manifestou a pretensão de incidência da SELIC junto ao juízo de origem, sendo inviável a apreciação da questão em sede deste recurso.*

*Nada obsta, todavia, que na hipótese de a matéria ser submetida ao crivo do juízo de 1º grau e o mesmo a indeferir, seja a mesma devolvida a esta Corte por meio do competente recurso" (e-STJ fls. 129/130).*

Como se vê, tendo sido acertada a decisão que incluiu os juros moratórios no cálculo do débito, eventual índice de correção deverá ser avaliado pelo magistrado de primeiro grau, sob pena de efetiva supressão de instância.

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nesta extensão, negar-lhe provimento.

Deixo de fixar honorários recursais, nos termos do artigo 85, § 11, do CPC/2015, em razão da inexistência de condenação em honorários advocatícios na origem.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de março de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator

